BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO CORPORAÇÃO INTERAMERICANA DE INVESTIMENTOS

REUNIÃO ANUAL DAS ASSEMBLEIAS DE GOVERNADORES

CIDADE DO PANAMÁ, PANAMÁ

AB-2923
CII/AB-1343
16 março 2013
Original: espanhol

Declaração do Governador pela Argentina

Hernán Lorenzino

1. Quero começar agradecendo ao povo e às autoridades da República do Panamá e da Cidade do Panamá a generosidade e hospitalidade com que nos receberam e a organização desta reunión. Desejo também estender uma saudação especial a todas as delegações e convidados aqui presentes.

2. Queremos também solidarizar-nos com as autoridades do Governo da República Bolivariana da Venezuela pelo falecimento do Presidente Hugo Chávez Frias, um Presidente que fez muito pela integração latino-americana. Sua gestão transformou-se em um paradigma para a América Latina, promovendo e alcançando a integração dos países da região. Foi um dos promotores da criação da União de Nações Sul-Americanas, para potencializar a integração política da região, e nunca deixou dúvidas de sua condição de latino-americano e líder da Grande Pátria, comprometido com os ideais bolivararianos e san-martinianos.

3. Esta reunião anual realiza-se em um ambiente econômico internacional que continua a ser muito complexo, marcado pelo baixo crescimento nos países mais desenvolvidos, epicentro da crise econômica internacional iniciada em 2008.

4. Em 2012 a economia global mostrou deterioração com relação a 2011, a qual continuou a aprofundar-se nos primeiros meses de 2013. As receitas de reajuste fiscal e flexibilização trabalhista implementadas na Europa não conseguiram uma vez mais pôr fim à crise e estabelecer as condições necessárias para uma recuperação sólida. De forma alentadora, o próprio FMI reconheceu no fim do ano passado ter subestimado o impacto negativo do reajuste fiscal na Europa. No entanto, até agora esta observação não se traduziu em mudanças concretas na formulação dos programas econômicos.

5. As políticas que colocam os países desenvolvidos em uma situação tão frágil baseiam-se em uma agenda de desregulamentação financeira, flexibilização trabalhista, desmembramento do Estado de Bem-Estar e reajuste fiscal, ou seja, a mesma que levou nosso país à crise de 2001.

6. Esta receita mudou drasticamente na Argentina a partir de 2003, ano que assinala o começo do modelo de desenvolvimento com inclusão social baseado em políticas de renda e fiscais expansivas, as quais incluíram melhorias salariais, aumentos de pensões de aposentadoria, redução do desemprego, acúmulo de reservas e desendividamento.

7. Estas políticas de inclusão social, tanto as de emprego como as de cobertura dos setores desprotegidos, reverteram a tendência do hiato de renda *per capita* familiar, que sofreu redução de 32,9 pontos de 2003 a 2012. Por sua vez, o coeficiente de Gini aumentou 30% entre meados da década de 1990 e 2003, alcançando o valor de 0,54. No período 2003-2012 o coeficiente de Gini baixou a 0,39, indicando uma melhoria substancial na distribuição da renda.

8. A Argentina sofre atualmente uma investida direta de fundos especulativos. No entanto, no contexto mundial seus efeitos não são alheios a nenhum de nós, motivo pelo qual, a nosso ver, é necessário fixar uma posição comum de toda a região.

9. Embora nosso país tenha feito uma bem-sucedida renegociação de sua dívida, conseguindo a aceitação de 93% dos credores, os fundos abutres continuam a utilizar as brechas legais do sistema internacional para exigir o pagamento total das dívidas reestruturadas em 2005 e 2010, tal como fizeram tantas vezes antes contra outros países membros. A posição argentina é clara: queremos pagar e de fato vínhamos fazendo isso pontualmente desde a normalização das dívidas. No entanto, não podemos aceitar que os fundos abutres recebam melhores condições do que as concedidas aos credores que de forma oportuna e cooperativa decidiram participar das trocas. Caso contrário, estaríamos atentando contra todo princípio de justiça, tratamento igualitário e inclusive contra a própria razão de ser de uma reestruturação.

10. A Argentina vem propondo este tema no âmbito do G-20, onde os Presidentes destacaram em diversas oportunidades a necessidade de criar um mercado financeiro mais seguro, transparente e orientado para os investimentos produtivos que, em última análise, se traduzam em mais trabalho e bem-estar para nossos povos.

11. Isso requer, por exemplo, revisar o papel das classificadoras de risco, algo que já muitos países começaram a fazer. Desde a crise de 2001-2002, a Argentina sofre na própria carne as falhas e arbitrariedades do sistema de classificação de risco. Na Argentina, a nova Lei de Mercados de Capital visa a ampliar o espectro de participantes no mercado de classificação de risco, promovendo a concorrência em um setor tradicionalmente oligopolista.

12. A América Latina continua a enfrentar grandes desafios. Demonstramos na última década a capacidade para crescer de maneira sustentada e inclusiva, bem como transformar e agregar valor a nossas matérias-primas e avançar na diversificação de nossa matriz econômica com base no crescente dinamismo de nossas indústrias. Não obstante, ainda resta muito a fazer no tocante às políticas de inclusão e justiça social. É essencial sustentar e aprofundar as realizações alcançadas, continuar a fortalecer a integração regional e melhorar os níveis de produtividade e competitividade.

13. A infraestrutura é fundamental nesta agenda do desenvolvimento. Os benefícios dos investimentos no setor, inclusive as respectivas externalidades positivas, são bem conhecidos.

14. O esforço combinado dos setores público e privado, orientado a gerar mais e melhor infraestrutura, é indispensável para cobrir as lacunas existentes em nossa região. É também indispensável dispor do apoio técnico e financeiro de bancos multilaterais como o BID, um ator-chave em nossa região, para prestar e mobilizar financiamento de longo prazo.

15. Em 2010 imprimimos um impulso renovado ao Banco, dotando-o de mais capital e maior eficácia, eficiência e transparência, o que se tem chamado de dupla agenda de "Banco Maior" e "Banco Melhor".

16. Esta reunião caracteriza-se pela avaliação intermediária da implementação das reformas que enfrentamos com essa capitalização.

17. Destacamos o avanço em diferentes temas relacionados com a eficácia do desenvolvimento, salvaguardas sociais e ambientais, bem como a adoção de sistemas nacionais. O Banco deve insistir nos esforços para conseguir uma descentralização gradual que fortaleça o papel das Representações nos países.

18. A melhoria das práticas e procedimentos de programação, orientada a assegurar a capacidade do Banco para atender com rapidez e eficácia às demandas de seus países-membros, é um objetivo constante.

19. No tocante às reformas do setor privado, tal como reafirmamos em reuniões anteriores, consideramos que o trabalho do Banco neste setor deve orientar-se pelo critério de adicionalidade e direcionar suas operações fundamentalmente para o setor produtivo e financiamento da infraestrutura. Estamos dispostos a estudar propostas para a formulação e implementação de uma visão renovada do Banco ao setor.

20. A adequada gestão financeira, além de proteger o capital que com tanto esforço os países-membros contribuíram, é um meio para cumprir os objetivos do Banco. Queremos uma instituição com força financeira, mas sem cair em sofisticações que não trazem valor agregado e terminam restringindo desnecessariamente a flexibilidade para a tomada de decisões.

21. Tampouco devemos cair na tendência, liderada pelas agências classificadoras de crédito, de obscurecer o papel de um banco de desenvolvimento ao replicar a lógica de funcionamento de um banco comercial.

22. No atual contexto econômico global, cremos que o papel do BID é mais importante ainda. Ser um banco multilateral atribui a nós um papel crucial em cenários de crise e nos permite atuar em momentos em que o restante do financiamento é de acesso mais difícil para os países.

23. É neste sentido que vemos com grande preocupação as conclusões da avaliação intermediária das Análises de Sustentabilidade Macroeconômica.

24. Tal como manifestamos na reunião de Cancún, nossa preocupação era que o conceito vago de "sustentabilidade macroeconômica" fosse utilizado, como no passado, para simplesmente criticar ou enaltecer países ou políticas.

25. O BID é um banco de desenvolvimento regional com maioria acionária dos países da América Latina e do Caribe e, como tal, tem que estar a serviço das necessidades de nossos países, promovendo o crescimento, o desenvolvimento sustentável e a equidade.

26. O BID que hoje temos é produto do esforço compartilhado entre os países mutuários e não mutuários. Com base em uma sociedade caracterizada pela confiança recíproca dos membros e pelo equilíbrio de interesses e aspirações, conseguimos um sistema de governo institucional mais equilibrado do que o de outras organizações.

27. O BID é uma instituição concebida para promover o investimento e o desenvolvimento na região. Não vamos obter nada positivo afogando-o com condicionalidades impraticáveis, nem tampouco pretendendo circunscrevê-lo a uma divisão de tarefas com outras instituições nas quais temos escassamente voz e voto. Necessitamos de um BID aberto e flexível, capaz de atender às diferentes necessidades e desafios que nossa região apresenta.

28. Embora possamos entender uma perspectiva geral de nossos membros não mutuários, os quais, como acionistas majoritários do Banco Mundial ou do Fundo Monetário Internacional, esperam que todos os organismos atuem de maneira coordenada ou complementar, também é necessário que compreendam que nós, os países mutuários, talvez não nos vejamos refletidos nessa visão.

29. Submeter ao BID a uma divisão de tarefas definida em outras instituições somente aumentará o déficit democrático da atual arquitetura financeira internacional.

30. Nossa visão do BID, em coerência com seu Convênio Constitutivo, é a de um banco independente dos demais organismos multilaterais e de controvérsias pontuais que possam surgir entre seus países-membros.

31. Resta assegurar que o BID trabalhe de maneira oportuna e eficiente para poder atender à complexa agenda de desenvolvimento da região.

32. Reafirmamos o apoio obtido para o Haiti no Nono Aumento. Devemos continuar a trabalhar juntos, mostrando este exemplo de solidariedade liderado pelos países em desenvolvimento, com o acompanhamento de nossos membros não mutuários.

33. A demanda de recursos por parte da região é significativa, aspecto que se reflete no aumento de empréstimos por parte de outras instituições regionais.

34. Embora devamos assegurar que o Nono Aumento tenha um impacto real de desenvolvimento, não devemos deixar de explorar fontes de capacidade adicional de empréstimos para atender às maiores demandas da região.

35. Para finalizar, reiteramos nossa satisfação com a efetivação do Nono Aumento e com o rumo que, de modo geral, tomou a implementação dos compromissos emergentes da capitalização. Acompanharemos com especial atenção a evolução daqueles que não foram eficazes e que merecem ser reformulados.

36. O BID deve cumprir sua missão principal como instituição de desenvolvimento regional, prestando apoio técnico e financeiro de forma ativa e eficaz, respeitando as estratégias e projetos de cada país e garantindo que questões alheias ao Banco não interfiram no cumprimento de seus objetivos.

37. Os povos da América Latina e do Caribe, mas também nossos membros não mutuários, beneficiar-se-ão de um mundo em que nossa região alcance essa visão e esse anseio de mais democracia, mais solidariedade e mais crescimento com inclusão social.